



GT 010. Antropologia da Economia

Arlei Sander Damo (UFRGS) - Coordenador/a
Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
(Instituto de Estudos Sociais e Políticos) -
Coordenador/a, Gustavo Gomes Onto (UFRJ) -
Debatedor/a, Lúcia Helena Alves Müller (Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul) -
Debatedor/a

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos outros. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja a economia ou que caracterize algo prática, teoria ou econômico. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicas voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dívida, a política, as moralidades e assim por diante.

A financeirização das classes populares brasileiras/ Uma etnografia das práticas financeiras nas margens urbanas de Vitória (ES)

Autoria: Timothée Narring

A partir de uma etnografia das práticas financeiras na favela São Benedito, essa pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da incorporação das « pessoas de baixa renda » ao sistema financeiro brasileiro. A partir de uma longa imersão ao campo de pesquisa, analiso como as margens urbanas se relacionam com o conceito de dívida e assumem diferentes obrigações monetárias e morais, interiores ou exteriores ao bairro. Depois de um work de mestrado focado sobre as apropriações territoriais do « Banco Bem » no São Benedito (2016), decidi repensar a ação desse banco comunitário no contexto mais geral de financeirização das classes populares brasileiras. A centralidade do endividamento com bancos, financeiras e supermercados, vetor de inclusão à sociedade de consumo, representa uma mudança essencial. No entanto, existem poucos works que articulam esses processos macroeconômico e político com uma abordagem etnográfica. A partir do contexto apresentado, proponho pensar a financeirização no Brasil através de duas dimensões: a) como uma construção política (através das políticas sociais) de uma relação nova entre pessoas de baixa renda e instituições financeiras, que se intensificou com a estimulação do crédito e se concretizou principalmente nas práticas de consumo. b) como uma situação presente nas classes populares, onde as práticas financeiras ocupam uma parte central e crescente do tempo e da renda e se tornam necessárias à reprodução das condições de vida. Nos primeiros campos de pesquisa (2016, 2018), comecei acompanhar as trajetórias financeiras de 20 famílias, tomando a metodologia das histórias de vida como referência; além das observações experimentadas da vida cotidiana e de eventos centrais da vida do bairro. Dessas primeiras experiências surgem duas reflexões de análise. Por um lado, as financeiras ocupam um lugar central nas práticas de crédito dos moradores de São Benedito. Já que a maioria da população não tem acesso a crédito



nos bancos convencionais, elas usam os serviços das financeiras que propõem condições mais flexíveis mas têm um custo muito alto. Por outro lado, a renegociação ou mesmo o não pagamento da dívida acabam sendo saídas possíveis para as classes populares. Dessa maneira, no meu próximo campo (setembro 2018-janeiro 2019) tenho como objetivo prosseguir essas questões. A reunião de antropologia brasileira será justamente uma oportunidade para discutir sobre as observações do campo. Permitira também me familiarizar com a antropologia econômica brasileira que eu acessei através dos works do grupo « Economia e Cultura » do Museu Nacional. E ainda com respeito a bibliografia, imagino combinar essa contribuição com a socioeconomia francesa inspirada por Karl Polanyi.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

